

ECOLOGIA INTEGRAL NA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA JURÍDICA: DILEMAS PARA A EDUCAÇÃO E TRABALHO NO ÂMBITO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO

INTEGRAL ECOLOGY FROM THE PERSPECTIVE OF LEGAL SCIENCE: DILEMMAS FOR EDUCATION AND WORK WITHIN THE SCOPE OF BRAZILIAN DEMOCRATIC STATE OF LAW

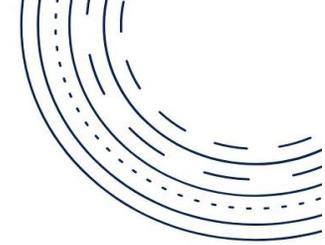


Edmar Avelar Sena – PUC Minas 
Magno Moisés de Cristo – PUC Minas 
Lucas Figueiredo Cavalcanti – PUC Minas 

RESUMO

Este artigo apresenta o panorama da Igreja que, desde a renúncia do Papa Bento XVI, em 2013, vive um momento novo com as direções que o Papa Francisco tem dado, principalmente no que diz respeito à Doutrina Social da Igreja (DSI). Ao assumir a Cátedra de Pedro, Francisco tem dado especial atenção às questões sociais, tanto é que o trabalho e a educação surgem em seus escritos como uma grande preocupação a ponto de o próprio pontífice conchamar em 2019 o Pacto Global pela Educação. No que tange o trabalho ele atenta para: o desemprego, as várias formas precárias de relação de trabalho e as reformas trabalhistas. É na encíclica *Laudato Si* – LS de 2015 que o Papa evoca uma educação voltada para o Novo Humanismo, neste documento questiona também a lógica neoliberal no mundo do trabalho. O que difere os escritos de Francisco dos escritos de seus antecessores é o caráter crítico que ele assume frente ao capitalismo. Francisco faz denúncias a esse sistema, propõe outros modelos e aposta que a solução pode vir dos movimentos populares. Chama a atenção para o conceito de “ecologia integral”, que carrega consigo as análises sobre a desigualdade e a injustiça social, bem como a relação disso com a degradação ambiental, com a cultura do descartável, com o individualismo e a sociedade de consumo, tocando, assim, no eixo estruturador da economia neoliberal. Mas quais são os destinatários da mensagem de Francisco? Francisco escreve não para os cristãos católicos, mas endereça suas reflexões às grandes potências mundiais no intuito de provocar alguma mudança no modelo econômico vigente que, a seu ver, promove e perpetua a exclusão. É muito mais ativista que doutrinário, por isso é reconhecido até por não católicos. A *Laudato Si* – LS, por exemplo, foi escrita escutando as vozes de especialistas de diversas regiões do planeta, inclusive vozes femininas. Não é uma encíclica verde. A ecologia de que trata é resultado de lutas sociais, seja de ambientalistas, de populações tradicionais, de movimentos populares, de trabalhadores desempregados e experiências exitosas de economia popular e solidária.

Palavras Chave: Laudato Si, Trabalho e Educação.



ABSTRACT

This article presents the panorama of the Church which, since the resignation of Pope Benedict XVI in 2013, has been experiencing a new moment with the directions that Pope Francis has given, especially with regard to the Social Doctrine of the Church (ISD). In assuming the Chair of Peter, Francis has given special attention to social issues, so much so that work and education appear in his writings as a major concern to the point that the pontiff himself called for the Global Pact for Education in 2019. With regard to the work, he pays attention to: unemployment, the various precarious forms of labor relations and labor reforms. It is in the 2015 encyclical *Laudato Si'* that the Pope evokes an education focused on the New Humanism, in this document he also questions the neoliberal logic in the world of work. What differentiates Francis' writings from those of his predecessors is the critical character he assumes in the face of capitalism. Francis denounces this system, proposes other models and he is betting that the solution can come from popular movements. It draws attention to the concept of "integral ecology", which carries with it the analyses of inequality and social injustice, as well as the relationship between this and environmental degradation, the throwaway culture, individualism and the consumer society, thus touching on the structuring axis of the neoliberal economy. But who are the recipients of Francis' message? Francis writes not for Catholic Christians, addressing his reflections to the world's great powers in order to bring about a change in the current economic model that, in his view, promotes and perpetuates exclusion. It is much more activist than doctrinaire, which is why it is recognized even by non-Catholics. *Laudato Si'* – LS, for example, was written by listening to the voices of experts from different regions of the planet, including women's voices. It is not a green encyclical. The ecology we are dealing with is the result of social struggles, whether of environmentalists, traditional populations, popular movements, unemployed workers, and successful experiences of popular and solidarity economy.

Key words: *Laudato Si'*, Work and Education

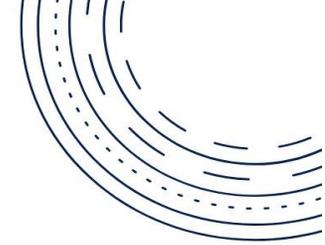
Introdução

A Doutrina Social da Igreja - DSI, sob Francisco, ganhou novo vigor e nisso se assemelha à *Rerum Novarum* – RN¹, de Leão XIII, salvaguardando os diferentes contextos e, principalmente, no que tange ao trabalho humano, envolto em tantas mudanças na onda denominada IV Revolução Industrial.

A pandemia do novo coronavírus provocou alterações no que diz respeito à forma de executar o trabalho, popularizou o *home office*² e alertou a comunidade

¹ A Encíclica *Rerum Novarum* compreendeu um documento elaborado pela Igreja Católica em decorrência do crescimento do liberalismo e do capitalismo no continente europeu, bem como ao comunismo, a referida Encíclica é de autoria do Papa Leão XIII, sendo publicada após os acontecimentos (Revolução Industrial e o Manifesto Comunista de 1848), detendo o posicionamento totalmente contrário aos movimentos modernos que emergiram no respectivo período, quais sejam: o liberalismo e o comunismo.

² Home office também conhecido como teletrabalho ou trabalho remoto compreende a prestação de serviços fora das dependências do empregador, de forma preponderante ou não, com a utilização de



internacional para os riscos de um trabalho baseado apenas na produção de bens de consumo. A sociedade industrial, agora transformada em sociedade de serviços, fez com o que trabalhador sentisse o desamparo e a desproteção, ficando marginalizado sem as garantias legais que pudessem assegurá-lo.

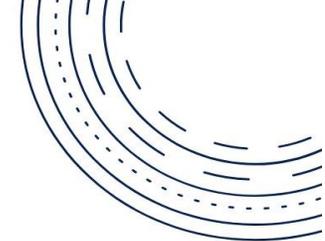
Por ser firme em sua denúncia ao sistema neoliberal, Francisco é criticado, inclusive por setores da própria Igreja. Há em sua biografia contradições que tentaram colocar em xeque a autenticidade de sua profecia, mas nada disso alcançou a consistência necessária para fazê-lo silenciar. Ao contrário, Francisco continua renovando os pilares importantíssimos da DSI. Nunca antes a pastoral da Igreja fora tão longe, no sentido de que se equipara à doutrina, que é rígida, agora dá lugar a uma mensagem libertadora para a humanidade tendo a educação e a juventude como fonte e esperança da mudança social.

1. A relação Igreja e o Estado no Brasil: implicações na ciência jurídica

Com o advento da República, apesar de ter imprimido na Constituinte de 1891 os valores cristãos e defendido sua estrutura autônoma em relação ao Estado, de acordo com Montero (2013), a Igreja Católica perdeu seus poderes civis. Entretanto, o Catolicismo continuou a se constituir como matéria-prima da construção da nacionalidade. Participando amplamente da construção da estrutura do Estado imperial, ofereceu os fundamentos éticos da nação brasileira e, diante dos inúmeros desafios da heterogeneidade populacional, possibilitou a construção do “cimento imaginário da nação”, por meio da ideia de uma “comunidade imaginária nacional”.

Passados os primeiros anos da República, a Igreja Católica passou gradualmente a reivindicar um lugar na política institucional e social do País, por ser a representante da religião majoritária dos brasileiros. Progressivamente foi se construindo o ideal da “neocristandade”, caracterizado por um arranjo entre a Igreja Católica e o Estado, que lhe concedia influências privilegiadas em aparatos

tecnologias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, não configure trabalho externo. (Brasil, 2022)



ideológicos, tais como obras sociais, a orientação da família e a educação formal. (CAMURÇA; MARTINS, 2013).

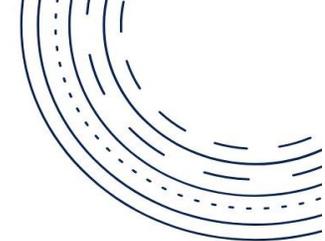
O segundo fluxo, iniciado em 1930, caracterizou-se pelo protagonismo de Dom Sebastião Leme frente ao Estado laico. Por meio da Constituição de 1934, foram asseguradas à Igreja Católica pelo Estado, entre outras, concessões cruciais no campo da educação religiosa, do financiamento de escolas, seminários e hospitais enquanto “utilidade pública”, bem como o reconhecimento do casamento religioso pela lei civil e a proibição do divórcio.

De outro ângulo de análise, não menos importante, que contempla os estudos jurídicos sobre a Igreja e o Estado no Brasil, Leite (2014) nos aponta algumas impropriedades que devem ser revistas quando da análise da laicidade no Brasil. A ideia, muitas vezes difundida, de que o Brasil experimentou na Primeira República uma espécie de laicismo não resiste a uma análise histórica mais cuidadosa.

1.1 Catolicismo brasileiro: itinerários

Conforme aponta Camurça (1998), o processo de romanização no Brasil constituiu-se num movimento que tinha por objetivo disciplinar e uniformizar o catolicismo sob a direção da hierarquia eclesiástica em sintonia com os direcionamentos de Roma. Nesse caminho, seria preciso reafirmar o domínio do Catolicismo na sociedade brasileira, através do projeto de “neocristandade”. Assim, na esteira do movimento de romanização/recristianização, seguindo as lições de Azzi (2008), durante todo o período da República Velha (1889-1930), mais precisamente a partir de 1922, uma das chaves interpretativas para a compreensão das relações entre Igreja Católica e Estado Brasileiro seria o conceito de sacralização da sociedade, a saber:

Segundo os prelados, com a organização do Estado leigo, a partir da decretação do regime republicano, a instituição eclesiástica fora marginalizada da vida pública e social. Por essa razão estavam eles realizando um esforço a fim de reconquistar uma posição de privilégio para a crença católica, sob a alegação de que se tratava de um direito assegurado pela própria tradição cultural do país. De fato,

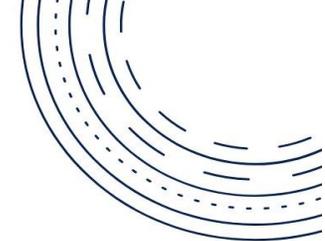


a ideia ampla de sacralidade se afunila, em termos concretos, num plano de recatolizar o país. (AZZI, 2008, p. 11).

Dessa forma, o discurso sobre a sacralização da sociedade brasileira adquiriu contornos concretos num esforço de romanização/re Cristianização, ou seja, num projeto de imposição dos princípios centralizadores da Cúria Romana sobre a sociedade brasileira com a intenção de sacralizar a sociedade, o projeto eclesial da Igreja Católica era muito bem definido. Grosso modo, tratava-se de assegurar à doutrina cristã o privilégio de ser fonte de orientação para a sociedade brasileira. (AZZI, 2008).

Sendo assim, o processo de romanização/re Cristianização foi se constituindo, na perspectiva da hierarquia eclesial, de implementação no Brasil de uma diretriz doutrinária e ética única, seguindo as orientações da Cúria Romana, de forma incondicional. O pensamento papal e as diretrizes de Roma deveriam atingir de maneira cada vez mais ampla os diversos campos da sociedade, da cultura e do Estado brasileiro. Nesse quadro mais amplo, os termos “sacralização”, “cristianização” e “catolização”, do ponto de vista eclesial, significavam romanização.

Conforme aponta Miceli (2009), nesse processo de romanização/re Cristianização, a elite eclesial católica, durante a Primeira República, estava em sintonia com as orientações advindas de Roma. Para tanto, implementou uma série de medidas, a saber: uma maior sintonia corporativa e doutrinária com a Santa Sé; um estilo de mando totalmente europeizado; adoção de pastorais enquanto multiplicadoras das ordens eclesiais; realização de visitas pastorais; visitas periódicas a Roma para prestação de contas e a imposição de novos padrões litúrgicos totalmente romanizados. O movimento de romanização/re Cristianização, por sua vez, também apresentava preocupações no que dizia respeito à difusão e à popularização da religiosidade vinculada ao culto do Sagrado Coração de Jesus e da Virgem Maria, que eram objeto de preferência dos bispos brasileiros na representação iconográfica dos seus brasões episcopais.



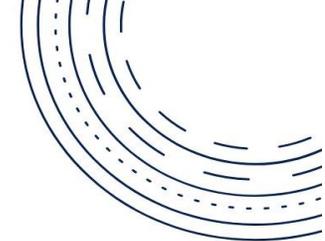
Já para Matos (1990), o movimento de romanização/re cristianização atingiu toda a Igreja e em particular a Igreja europeia, de onde o Brasil iria receber muitos modelos concretos para realizar e executar as diretrizes propostas por Roma. O movimento de romanização/re cristianização, dessa forma, “possuiu uma característica comum – apesar da variedade de formas que assume no decorrer das quatro primeiras décadas da nossa vida republicana – a combatividade”. (MATOS, 1990, p. 33).

O primeiro período, de acordo com Della Cava (1975), que vai de 1916 até 1930, foi marcado intensamente pelo restabelecimento das relações entre o Catolicismo e o Estado no Brasil. Nesse contexto, a figura de Dom Leme (diplomado no Colégio Pio Latino-Americano de Roma) foi muito importante, enquanto operacionalizador, em nível nacional, do projeto de romanização/re cristianização. No aspecto ideológico, o projeto romanizador contribuiu para a visão mítica de Dom Leme de uma Nação Católica e seu compromisso pelo restabelecimento da união entre o Estado e a Igreja.

Ao tomar posse na arquidiocese de Olinda, em 1916, Dom Leme, um dos expoentes da ação pastoral da Igreja, publicou uma carta pastoral sobre o ensino religioso, e em 1921, quando da sua transferência para o Rio de Janeiro, capital da República, na função de arcebispo-coadjutor, começou a esboçar um projeto de “neocristandade” em nível nacional. (AZZI, 2008).

A Igreja Católica precisava cristianizar as mais importantes instituições da sociedade brasileira, formar o mais rápido possível um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos direcionamentos da Cúria Romana. Assim, no período de 1880 a 1916, a Igreja Católica foi consolidando as reformas internas. Mas logo após a Proclamação da República, em 1889, alguns líderes católicos já começaram a antecipar aquele ideal de “neocristandade”, articulando e apregoando uma presença maior da referida instituição na sociedade brasileira.

Uma estratégia do movimento de romanização/re cristianização foi a criação da Liga Eleitoral Católica – LEC. Inspirado por Dom Nery (um dos primeiros bispos



brasileiros a incentivar os cristãos a uma participação ativa da vida política republicana, através da criação de uma Liga Eleitoral Católica em Campinas – 1913), Dom Leme estendeu a novidade para todo o País e encarregou Alceu Amoroso Lima (intelectual católico ligado ao Centro Dom Vital) de redigir seus estatutos/regimento.

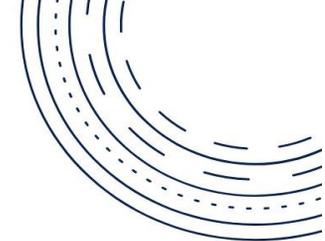
Assim, em 1932, Dom Leme apresentava os estatutos oficiais da Liga Eleitoral Católica – LEC, que tinha como objetivo principal despertar o interesse dos católicos pela política, orientando-os a apoiar as propostas católicas. Alceu Amoroso Lima foi nomeado seu secretário geral e se transformou no braço direito de Dom Leme na organização das forças políticas católicas. (AZZI, 2008).

A LEC teve duas etapas distintas: a primeira, de grande desenvolvimento, até os anos de 1937, e a segunda, de menor importância, a partir dos anos 1945. Através dos candidatos eleitos por meio das pressões da LEC, a Igreja Católica obteve as alterações pretendidas na Constituição de 1934. Em 1937, com o Estado Novo, as atividades da LEC foram suspensas e somente retomadas em 1945. (AZZI, 2008).

A LEC, Liga Eleitoral Católica, foi criada em 1932 para mobilizar o eleitorado católico e endossar, dentre os candidatos à Assembleia Constituinte de 1933 e ao Congresso Nacional de 1934, somente aqueles que apoiassem o programa mínimo da hierarquia (inicialmente impresso em abril de 1931, tendo circulado em forma de panfleto e, mais tarde, naquele memorável Outubro, submetido formalmente a Vargas pela hierarquia). (DELLA CAVA, 1975, p. 16).

No ano 1935, foi fundada a Ação Católica Brasileira, outra estratégia de cunho político e social baseada no modelo de “neocristantade”. Do ponto de vista político, tinha duas finalidades distintas: (a) garantir as conquistas católicas alcançadas na Constituição de 1934 e (b) criar uma força de resistência ao avanço das ideias comunistas.

A Ação Católica Brasileira tinha um caráter totalmente centralizado nas mãos das autoridades do clero. Consciente do seu poder de arregimentar muitos leigos, a Igreja Católica se valeu dela como massa de manobra colocada a serviço do governo de Getúlio Vargas, em troca de uma ação mais enérgica do governo contra os comunistas. (AZZI, 2008).



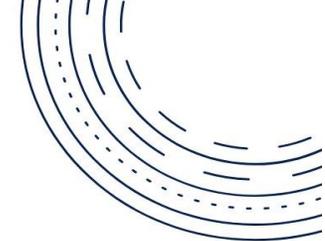
1.2 Educação Católica

Já a educação católica, por sua vez, enquanto estratégia do movimento de romanização/recrianização, teve papel importante em pelo menos dois aspectos, a saber: de um lado, as escolas promoviam a aproximação com a elite local através da manipulação ideológica a partir dos valores católicos, daí a necessidade de desqualificação dos colégios protestantes; de outro lado, constituíram-se numa importante fonte de renda para a Igreja Católica. Assim, “em algumas dioceses, a iniciativa episcopal monopolizou o mercado de ensino, quer incumbindo-se diretamente dos colégios, quer entregando a direção às ordens religiosas”. (MICELI, 2009, p. 154).

Dessa maneira, tais estratégias, em grande medida, contribuíram para o sucesso do modelo de “neocrisandade,” que teve o seu ponto mais alto entre os anos 1930 e 1945, quando Getúlio Vargas era presidente. Nesse período, a Igreja Católica se manteve conservadora, em oposição forte às perspectivas de laicidade do Estado e ao reconhecimento público de outras religiões, além de apregoar a ordem e o respeito à hierarquia, tanto a católica quanto a do governo. Caracterizou todo esse modelo de cooperação entre a Igreja Católica e o Estado no Brasil a grande influência sobre a educação; ideias totalmente anticomunistas e antiprotestantes e uma valorização da moralidade católica. A Igreja Católica, aos poucos, conseguiu revitalizar sua presença na sociedade brasileira.

O processo de neocrisandade “era uma forma de lidar com a fragilidade da instituição sem modificar de maneira significativa a natureza conservadora da mesma [...] por volta dos anos 1930, a Instituição havia revertido sua decadência”. (MAINWARING, 2004, p. 43).

Nesse caminho, seguindo a perspectiva de Camurça (2000), o ideal da “neocrisandade” se constituiu de um processo de negociação da Igreja com o Estado Republicano laico, objetivando o estabelecimento de uma sociedade moldada segundo os valores morais e culturais do Catolicismo. Sendo assim, objetivou “articular um arranjo com o Estado em que este lhe concede influência privilegiada



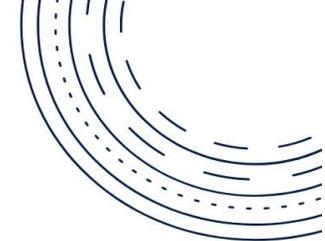
em aparatos formadores de “consenso social” para a manutenção de sua hegemonia ideológica na sociedade – a família, a educação e as obras sociais”. (CAMURÇA, 2000, p. 94-95).

Para que tal modelo funcionasse de fato, de acordo com as reflexões de Azzi (2008), seria necessário um movimento de reaproximação da Igreja Católica com o Estado, não mais em termos de perda de autonomia, como no Regime do Padroado, que caracterizou a época imperial, mas de colaboração mútua. Assim, “muitos pensadores católicos não desejavam simplesmente reeditar a situação de uma união entre Igreja e Estado, vigente na época imperial, mas exigiam que a organização política do Estado garantisse a plena autonomia da Igreja no exercício dos seus direitos”. (AZZI, 2008, p. 198).

Na implementação desse projeto, alguns políticos conservadores passaram a sinalizar maior colaboração entre Estado e Igreja Católica, mais precisamente nas questões relacionadas ao campo educacional. Dessa forma, o projeto de “neocrisandade” no Brasil apresentou nuances e itinerários específicos de realização em cada parte/região do nosso país. Em São Paulo, por exemplo, os liberais não toleravam a influência da Igreja Católica, como acontecia na época imperial e eram totalmente contrários, ao que consideravam seu discurso reacionário. Todavia, dispuseram-se a apoiar suas obras assistenciais e educacionais, desde que não contrariassem o avanço material e cultural daquele Estado. Assim, era plenamente difundido que religião era “coisa de mulher”, enquanto os homens deveriam dedicar-se com mais interesse ao estudo da ciência. Em São Paulo, “a ideia da laicidade da República havia conquistado um espaço mais expressivo, sob o lema liberdade e progresso”. (AZZI, 2008, p. 208).

Conforme Azzi (2008), quando assumiu o governo do Estado de Minas Gerais, em 07 de setembro de 1926, o governador Antônio Carlos Andrada conferiu ao evento de posse um caráter político-eclesiástico, mandando celebrar uma missa solene, que contou com a presença de todo o episcopado mineiro.

Logo em seguida, em 1928, a Igreja Católica conseguiu em Minas Gerais uma de suas vitórias mais significativas na linha de um regime de colaboração com o

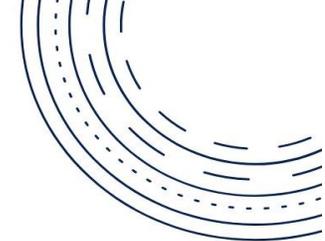


Estado, a saber, Antônio Carlos Andrada autorizou o ensino religioso dentro do horário escolar, nas escolas públicas (decreto assinado em 12 de outubro de 1929, no Palácio da Liberdade). Quando da ascensão de Vargas ao poder, na Revolução de 1930, que contou com a aliança de Minas Gerais, os políticos mineiros levaram para o nível nacional as articulações entre Estado e a Igreja Católica, nos mesmos modelos daquilo que já havia sido construído em Minas Gerais.

Abandonando a postura mais conservadora de defesa da ordem tradicional, implementada pelas oligarquias rurais e começou a apoiar os projetos de desenvolvimento social e econômico promovidos pelo governo e pela burguesia urbana. Em modo análogo, o combate inicial ao laicismo republicano foi menos enfatizado em que a Igreja obteve vantagens significativas nas esferas da educação, família e atuação missionária. (AZZI, 2008, p. 219).

Com o período de instabilidade política iniciado nos primeiros meses do governo revolucionário, a hierarquia eclesiástica reivindicou com urgência uma mudança na legislação federal objetivando a permissão do ensino religioso nas escolas públicas, realidade que já acontecia em Minas Gerais, desde 1928. No dia 14 de abril de 1931, o Padre Leonel Franca participou de uma reunião com o então ministro da Educação Francisco Campos, que lhe solicitou a exposição dos motivos que justificassem a decisão do governo, por meio de carta. O cardeal Dom Leme aprovou sem restrições o documento confeccionado pelo referido padre no dia 17 de abril de 1931. Assim, Francisco Campos, em uma carta endereçada ao presidente Getúlio Vargas, no dia 18 de abril de 1931, apresentou o significado político deste decreto.

Somam-se ao que foi exposto, duas outras iniciativas do Cardeal Dom Leme, a saber: a consagração de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil (16 de julho de 1930 um *motu próprio* do Papa Pio XI) e no dia 12 de outubro de 1931 a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro. Tais iniciativas se fizeram acompanhar de propósitos políticos bem definidos, ou seja, demonstrar a força do Catolicismo no Brasil, que se constituiu uma base importante de apoio ao Estado. (AZZI, 2008).



Corroboram esse entendimento os apontamentos de Della Cava (1975), ao afirmar que, no período de 1930 a 1945, delineou-se uma série de experiências políticas entre a Igreja Católica e o Estado no Brasil. O vazio político gerado pela Revolução de 1930 foi responsável pela transformação da Igreja Católica numa força indispensável ao processo político.

1.3 Catolicismo e a sociedade moderna

Dom Leme articulou a mobilização em massa dos padres e fiéis no ano 1931, primeiramente em maio, quando da consagração de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil e depois em outubro, quando da inauguração no topo do Corcovado da estátua do Cristo Redentor.

A inauguração do Cristo do Corcovado, por sua vez, foi a ocasião em que Leme – cercado de 50 arcebispos, bispos e uma multidão confusa – estipulou o preço do apoio da Igreja. Num discurso que um regime mais autoritário teria censurado como subversivo, Leme advertiu insolentemente: “ou o Estado ... reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhecerá o Estado”. Essa liturgia não foi de modo algum apolítica, como bem sabia Getúlio e como mais tarde veio a reconhecer implicitamente. (DELLA CAVA, 1975, p. 15).

Mais tarde, quando da elaboração da Constituição de 1934, três concessões dadas à Igreja Católica levariam na direção da união entre a nação e a fé, a saber: o casamento religioso foi reconhecido pela lei civil e o divórcio foi proibido; foi facultada a educação religiosa nas escolas públicas durante o período das aulas; foi permitido ao Estado financiar escolas da Igreja, seminários e até hospitais, e outras atividades designadas enquanto “de interesse coletivo”. (DELLA CAVA, 1975).

Nesse contexto, a Ação Católica deve ser vista como uma forma histórica da inserção do catolicismo, num dado momento, nas sociedades modernas, cujos eixos organizacionais eram variantes da democracia e do capitalismo e cujo eixo sociológico contrapunha as classes médias aos aristocratas e trabalhadores.

Dentro dessas organizações desenvolveu-se firmemente um modelo de “intervencionismo” episcopal; os líderes eram escolhidos dentro da cúpula, tomavam-se decisões sem recorrer ao processo democrático, as estruturas eram contíguas às jurisdições territoriais da Igreja, enquanto os clérigos, nomeados diretamente pelos seus

bispos presidiam às atividades leigas, a nível local como assistentes. (DELLA CAVA, 1975, p. 17).

Assim, a estadualização da elite eclesiástica católica, na visão de Miceli (2009), contribuiu decisivamente para que a Igreja Católica se transformasse numa instituição poderosa, quando do início do Estado Novo, em 1930.

Na direção dos estudos de Miceli (2009), o envolvimento do episcopado na vida política se pautou por uma visibilidade discreta no encaminhamento de pendências entre as facções oligárquicas e pelo trabalho de legitimação dos mandachucas políticos. Dessa forma, a estadualização da política de expansão realizada pela Igreja Católica no Brasil contribuiu para o estreitamento dos vínculos entre os bispos brasileiros e Roma.

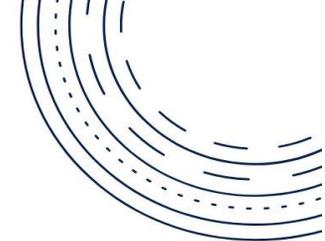
As preocupações sociais da Igreja geraram o desenvolvimento das várias Teologias da Libertação contextualizadas, bem como as Comunidades Eclesiais de Base e muitos movimentos, pastorais e entidades de cunho social da Igreja.

2. Teologia da Libertação e perspectivas para a América Latina

Em 1979, a cidade mexicana de Puebla recebeu a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, com o tema *A evangelização no presente e no futuro da América Latina*. A respeito da conferência de Puebla, Matos (2013, p. 105) afirma: “Numa realidade marcada pelo pecado social de injustiça, a evangelização deve ter uma clara dimensão libertadora e transformadora, tendo a figura de Jesus histórico sua referência fundamental”.

A IV Conferência aconteceu em Santo Domingo, em 1992, por ocasião dos 500 anos de “descoberta” da América Latina. Enfatizou-se o protagonismo dos leigos na realidade social latino-americana. A quinta e última foi a Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), em Aparecida, São Paulo, Brasil, em 2007.

Esse percurso católico na América Latina desenvolveu, na década de 1970, uma maneira de pensar a fé a partir da realidade concreta da sociedade, marcada pelas injustiças que fizeram aumentar as desigualdades sociais e a opressão das camadas mais empobrecidas. Essa atitude pastoral se consagrou com o nome de



Teologia da Libertação.³ A libertação, aqui, configura uma perspectiva teológica, articulando fé e vida.

Segundo Vigil citado por Matos (2013, p. 107), a TdL deve ser entendida assim:

[...] não tem pai individual reconhecido, nem teólogos fundadores, mas é, simplesmente, a expressão teórica acadêmica realizada pelos teólogos profissionais do que surge e se exprime na vivência das comunidades e na práxis dos agentes de pastoral do Povo de Deus. Os livros de teologia, fruto final da árvore, continuam provindo da vida que as raízes absorvem na base do povo cristão.

Já Libanio (2013, p. 1329) a descreve como:

A TdL assumira, desde o início, um conjunto de ideias, intuições e aspirações que conflitavam diretamente com a situação econômica e política do Continente e que despertavam desconfiança em setores conservadores da Igreja. No imaginário social dominante em certos meios católicos, soava marxismo qualquer crítica ao sistema capitalista. E, por sua vez, a experiência da Igreja nos países comunistas e o medo da secularização da fé acendiam a luz de alerta para a teologia que tratasse de temas diretamente vinculados com a práxis.

Libanio ensina que foi Gustavo Gutierrez, teólogo e dominicano do Peru, quem elaborou as linhas centrais daquela Teologia. E explica:

Gustavo Gutiérrez, em entrevista ao Jornal La Croix, relata os inícios da reflexão que o levou a elaborar a teologia da libertação. Em maio de 1967, ele, ao falar aos estudantes da Universidade de Montréal, distingue três dimensões da pobreza: pobreza real do dia a dia, fruto da injustiça social; a pobreza espiritual como entrega da vida nas mãos de Deus; e a pobreza como compromisso solidário com os pobres na luta contra a pobreza e no anúncio do Evangelho a partir deles. A TdL assume a terceira categoria, ao analisar a primeira. [...] a TdL firmou seu projeto com a obra paradigmática de G. Gutiérrez. E logo cresceu e adquiriu cidadania no cenário teológico mundial. (LIBANIO, 2013, p. 1331).

³ Doravante indicada pela sigla TdL.



Libanio observa ainda que três palavras definem a Teologia da Libertação: libertação, práxis e pobre. O ponto de partida é antropocêntrico, pois o pobre é o centro da articulação temática da cristologia e da eclesiologia.

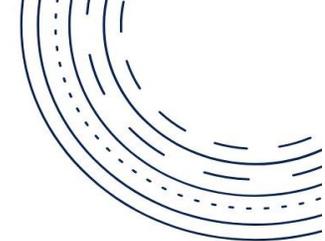
Nessa perspectiva, pobre é todo aquele que se encontra sob alguma forma de opressão, no âmbito tanto social, quanto racial e cultural, a exemplo do negro, do indígena ou da mulher oprimida. A experiência espiritual acontece na experiência do pobre, pois ele é a mediação privilegiada para a experiência transcendental de Deus. As exigências práticas da Teologia da Libertação - TdL se inspiram na Bíblia e, mais concretamente, no compromisso social e, por consequência, na luta contra a opressão. É o que foi definido como “opção preferencial pelos pobres”. Seguramente é a definição e o lema mais conhecido e significativo da Teologia da Libertação.

Explica Leonardo Boff:

No fundamento da teologia da libertação se encontra uma mística: o encontro com o Senhor no pobre que hoje é toda classe de marginalizados e explorados de nossa sociedade caracterizada por um capitalismo dependente, associado e excludente [...] Parte-se da realidade miserável como a descreveram os bispos em Puebla, como o mais devastador e humilhante flagelo que é a situação de desumana pobreza em que vivem milhões de latino-americanos, vítimas de salários de fome, de desemprego e subemprego, da desnutrição, da mortalidade infantil, da falta de moradia adequada, dos problemas de saúde e de instabilidade no trabalho. Quem não se apercebe desta realidade escandalosa não pode entender o discurso da Teologia da Libertação [...] (BOFF; BOFF, 1979, p. 11-12).

A luta da Teologia da Libertação - TdL no Brasil se concentrou contra o regime militar, que implantou aqui um estado permanente de tensão e violência, inclusive no plano da censura. Posteriormente, com a abertura política, a TdL se apresentou mais concretamente nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), grupos de reflexão bíblica, mais forte nas periferias e na zona rural do País. A metodologia consistia em ler a Bíblia à luz da realidade. Nesse sentido, buscava-se formar para a construção da cidadania.

Contudo, as CEBs no Brasil se estenderam para além da reflexão bíblico-teológico. Sua ação na busca por cidadania foi responsável, ao menos em parte, pela criação de vários movimentos sociais como: Movimento dos Trabalhadores Sem-



Terra (MST), Partido dos Trabalhadores (PT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outros. Todas essas iniciativas foram possíveis devido à participação de católicos leigos engajados nos temas sociais e políticos. A opção preferencial pelos pobres e oprimidos recebeu também o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).⁴ Dentro desse órgão se destacaram, na época, bispos de grande influência, como Dom Pedro Casaldáliga, Dom Cláudio Humes, Dom Paulo Evaristo Ars, Dom Mauro Morelli, Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Helder Câmara, Dom Ivo Lorscheiter, Dom Aloisio Lorscheiter, entre outros.

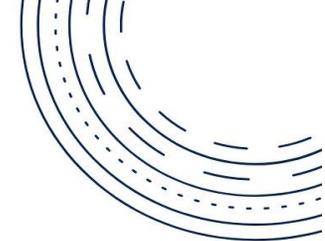
No campo teológico, além de Leonardo Boff e Clodovis Boff, a TdL foi defendida por nomes como João Batista Libanio, Carlos Mesters, José Comblim, frei Betto, Ivone Gebara e outros. A CNBB também criou as “Pastorais Sociais” como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), além da tradicional Campanha da Fraternidade, que acontece todos os anos desde 1961, sempre no período da quaresma, e abordando alguma questão social.

Mas foi na América Latina que a Igreja encontrou a expressão máxima de sua doutrina social. Todo esse arcabouço eclesial e teológico influenciou a sociedade e, no caso em estudo, o direito do trabalho, principalmente no Brasil, pois alavancou movimentos sociais de trabalhadores, tanto rurais quanto urbanos.

2.1 Francisco e DSI

Francisco se encontrou pela primeira vez com os movimentos populares em 2014. Membros de movimentos populares do mundo inteiro se reuniram em Roma com o pontífice. Na ocasião, foram três os principais temas do encontro: terra, teto

⁴ A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada no dia 14 de outubro de 1952, no Palácio São Joaquim, sede da Arquidiocese do Rio de Janeiro, numa reunião que contou com a presença do Núncio Apostólico, Dom Carlo Chiarlo (1946-1954), de dois Cardeais (Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, cardeal arcebispo de São Paulo, e Dom Jaime de Barros Câmara, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro) além de dezoito arcebispos brasileiros. Dom Hélder Pessoa Câmara (então bispo auxiliar do Rio de Janeiro) ficou responsável pela redação final do regimento da entidade. Por fim, deu-se a criação da Comissão Permanente, a qual, por sua vez, escolheu o cardeal Dom Carlos Mota para presidente e o próprio Dom Hélder Câmara para secretário-geral, ambos por aclamação.



e trabalho. Eram recicladores, campesinos, ambulantes, artesãos.

Representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST do Brasil estiveram presentes, além da articulação dos povos indígenas e entidades negras.

No discurso de Francisco há que sublinhar o chamado pela luta contra as causas estruturais da pobreza:

Solidariedade é uma palavra que nem sempre agrada; diria que algumas vezes a transformamos num palavrão, não se pode dizer; mas uma palavra é muito mais do que alguns gestos de generosidade esporádicos. É pensar e agir em termos de comunidade, de prioridades da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a casa, a negação dos direitos sociais e laborais. É fazer face aos efeitos destruidores do império do dinheiro: as deslocamentos forçadas, as emigrações dolorosas, o tráfico de pessoas, a droga, a guerra, a violência e todas aquelas realidades que muitos de vós suportam e que todos estamos chamados a transformar. A solidariedade, entendida no seu sentido mais profundo, é uma forma de fazer história e é isto que os movimentos populares fazem.⁵

“Nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem-terra, nenhum trabalhador sem direitos”. Mas, para além desse mote, percebe-se uma narrativa que vai às raízes das principais problemáticas enfrentadas hoje, principalmente pelos pobres da terra e ainda no mesmo discurso faz sua denúncia contundente ao mundo capitalista.

Um sistema econômico centrado no deus dinheiro tem também necessidade de saquear a natureza, saquear a natureza para manter o ritmo frenético de consumo que lhe é próprio. A mudança climática, a perda da biodiversidade, a desflorestação já estão a mostrar os seus efeitos devastadores nas grandes catástrofes às quais assistimos, e quem sofre mais sois vós, os humildes, vós que viveis nas zonas litorais em habitações precárias ou que sois tão vulneráveis economicamente que perdeis tudo face a um desastre natural. Irmãos e irmãs: a criação não é uma propriedade da qual podemos dispor a nosso bel-prazer; e muito menos é uma propriedade só de alguns, de poucos. A criação é um dom, uma dádiva, uma doação maravilhosa que Deus nos deu para que dela nos ocupemos e a utilizemos em benefício de todos, sempre com respeito

⁵ Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html.

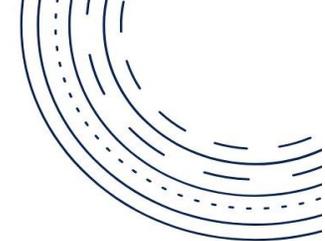
e gratidão. Talvez saibais que estou a preparar uma encíclica sobre a Ecologia: estai certos de que as vossas preocupações estarão presentes nela. Agradeço, aproveito para agradecer a carta, relativa a esta temática, que me enviaram os membros da Via Campesina, a Federação dos Cartoneros e muitos outros irmãos.⁶

Ao longo dos discursos de Francisco, fica claro o que ele chama de “fio invisível” que une todas as formas de exclusão: desigualdade, negação de direitos, guerras, fome, migrações forçadas, refugiados aflitos, tráfico de pessoas, destruição da Mãe Terra, cultura do descarte, globalização da indiferença, entre outras. Assim, os movimentos populares são a semente de esperança contra a opressão do mundo consumista/capitalista. Esses movimentos são protagonistas da mudança.

Também em 2015 Francisco lança sua encíclica *Laudato Si'* – LS. Nesse texto, o pontífice propõe redefinir o conceito de progresso, pois sob tal termo sérias degradações foram respaldadas. Essa ideologia burguesa de progresso precisa ser reformulada e repensada, assim como o humanismo, centrado estritamente sobre o bem-estar humano a qualquer custo logrou enormes crises ambientais, por isso fala em novo humanismo. O sistema focado na acumulação causou a dissolução da fraternidade humana e o desequilíbrio ambiental. A causa principal da pobreza é o sistema econômico, enfatiza Francisco.

Uma das ideias centrais da *Laudato Si'* – LS é a noção de ecologia integral, que, como o nome diz, alerta para a necessidade de integrar nessa discussão todas as formas de vida. Em décadas passadas, a noção de ecologia se restringiu a animais, plantas e minerais, sem contemplar o ser humano. Mas a ecologia integral coloca o ser humano no debate da crise sistêmica em que vivemos, reconhecendo-o como causa e como alguém que sofre as consequências da má gestão ambiental. O ser humano não pode se omitir perante o clamor da vida do planeta. Em seguida, podemos lembrar da necessidade de ouvir o clamor da terra e o grito dos pobres (*Laudato Si'* – LS §49). Não há duas crises, dirá a *Laudato Si'* – LS, uma ambiental e outra social.

⁶ Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html.



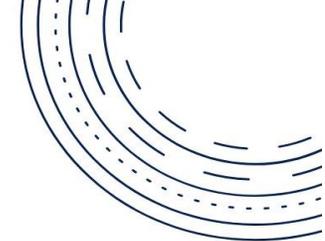
Fratelli Tutti, a última encíclica publicada por Francisco em 03/10/2020, tem sua inspiração mais uma vez em Francisco de Assis e em dos episódios mais exemplares sobre o diálogo, quando Francisco de Assis, em plena Cruzada medieval (1209), se junta às tropas cristãs para se encontrar com o sultão Malek-Al-Kamil, em Damietta, no Egito, a fim de propor um pacto de paz. Na celebração de oitocentos anos desse encontro histórico, o Papa Francisco se dirigiu aos Emirados Árabes para se encontrar com as autoridades islâmicas e ali firmar um novo acordo em prol da paz entre as religiões.

2.2 A proposta de uma ecologia integral

Desde a publicação da *Rerum Novarum* – RN há 130 anos, a aposta da DSI foi uma tentativa de reformular as teses do mundo capitalista, não em função e em nome de um socialismo, mas uma tentativa de humanizar o sistema. “Visaram explicitamente apenas aos abusos do sistema capitalista e nunca ao próprio capitalismo como sistema”. (BOFF, C. 1978, p. 88).

A encíclica LS, publicada pelo Papa Francisco em 2015 é, na DSI e nos documentos oficiais do Magistério da Igreja, o primeiro texto pontifício a tratar especificamente da questão ecológica. Em seu conteúdo traz a importante concepção de ecologia integral, conceito que em si mesmo já é uma denúncia. A questão ecológica, gravemente afetada nos tempos atuais, envolve a questão da desigualdade e da injustiça social.

Tão relevante quanto a *Rerum Novarum* – RN no final do século XIX é a LS no contexto do mundo contemporâneo. Seus pontos principais são reflexões profundas sobre a realidade social, ambiental e cultural do mundo ocidental neoliberal: teologia da criação. Tudo está interligado. O sofrimento da terra é também o sofrimento dos pobres. Crítica ao antropocentrismo moderno, derivado da tecnocracia, engolindo a ciência e a tecnologia pelo acúmulo de capital, causando a coisificação e a objetificação do ser humano e o sucateio da natureza. A ecologia integral como promoção de uma ecologia que engloba o social, o cultural, a



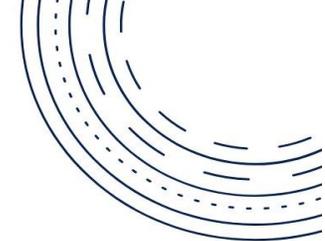
economia, o humano, a política e a vida cotidiana. Além da sobriedade feliz sobre um novo estilo de vida respeitando os limites da natureza.

A Ecologia “estuda as relações entre os organismos vivos e o meio ambiente onde se desenvolvem”. (*Laudato Si'* – LS, §138). Ecologia integral é, portanto, articulação entre as dimensões ambiental, econômica, política, cultural e vida cotidiana. É ao mesmo tempo uma crítica ao modelo neoliberal, pois o trata não somente como um sistema econômico, mas também como uma epistemologia. Epistemologia no sentido de que incute uma visão de mundo baseada no individualismo e no consumismo, numa cultura do descartável e na tecnocracia como únicas possibilidades de estilo de vida. O modelo neoliberal legitima a competição em detrimento da cooperação, afeta diretamente as relações de trabalho e emprego, pois desmonta o ideal de coletividade e de associação, retira direitos e cria novas formas de servidão. “A situação atual é crítica e exige de cada pessoa, coletivos e instituições, o exame de consciência verdadeiro para poder haver a conversão ecológica que é, também, uma conversão comunitária.” (*Laudato Si'* – LS, §219).

Na *Laudato Si'* – LS, Francisco denomina esse sistema de exploração de “paradigma tecnocrático” (§ 106ss). A técnica, quando desprovida da ética do cuidado e da responsabilidade, é capaz de ocasionar as tragédias mais brutais, nos mais diversos lugares ao redor do globo.

Francisco, é um papa do sul político global, está no campo epistemológico da libertação dos oprimidos (de acordo com a TdL), portanto crítico do sistema neoliberal. Reconhece o protagonismo dos movimentos populares. Francisco é uma voz dissonante diante de muitos setores da Igreja, àqueles ligados à tradicionalidade, ao autorreferenciamento e ao conservadorismo, uma Igreja das elites e sem crítica social.

No Brasil a reunião entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Papa Francisco em fevereiro de 2020 trouxe repercussões positivas para o ex-presidente, mas muitos criticaram Francisco pela reunião. Além disso, reforçou os laços da esquerda brasileira, que tem em sua base lideranças católicas. O Partido dos



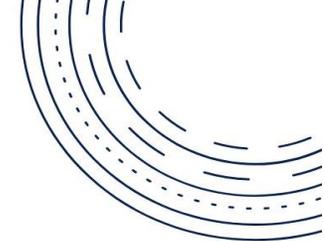
Trabalhadores – PT, fundado em 1980, teve forte apoio de setores sindicais, além da esquerda da Igreja Católica e das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que professam a fé católica de forma articulada com a realidade política, com críticas sociais às condições de vida dos mais pobres. As críticas a Francisco vieram de setores conservadores da Igreja e da sociedade, inclusive do Presidente Jair Bolsonaro, que se declara católico e é inimigo político de Lula.

2.3 Ecologia Integral e mundo do trabalho

Na encíclica *Laudato Si'* – LS, aparece justamente a ideia de uma Casa comum a todas as pessoas e demais criaturas. Filho direto da LS, o Sínodo da Amazônia fixou o olhar nas necessidades da Igreja local. Mas o papa sabe que seriam necessárias outras paredes. Convocou, então, o Encontro da Economia de Francisco (celebrado de forma virtual em novembro de 2020) e o Pacto Global pela Educação. Assim, somados às preocupações eclesiais, estão o meio ambiente, a economia e a educação como sinais dessa nova sociedade. Como a coroar todo esse sonho, a encíclica *Fratelli Tutti* – FT sugere todas as pessoas vivendo nessa casa, de forma amigável e colaboradora.

A atenção e a abertura para a questão do outro se revela na retomada da consciência do cuidado como modo essencial do viver humano: o cuidado com o planeta, com os outros, com a corporeidade, com a totalidade do ser humano e com a dimensão espiritual. Nessa nova trajetória da ética, emerge o grande desafio da questão do outro; do outro como condição necessária para a afirmação do valor do nosso viver e do nosso morrer, a ética do nosso existir. Impõe-se a necessidade de um “princípio de responsabilidade”: uma nova ética fundamentada no cuidado pelo futuro, na afirmação dos direitos humanos e da natureza, na solidariedade, na liberdade, justiça e paz.

Em sua carta aos movimentos populares publicada no dia da Páscoa, 12 de abril de 2020, o Papa Francisco pediu a instituição de uma “renda universal” básica: “Talvez seja a hora de pensar em um salário universal que reconheça e dignifique as tarefas nobres e insubstituíveis que vocês realizam; capaz de garantir e tornar



realidade esse slogan tão humano e cristão: nenhum trabalhador sem direitos”. Nos três encontros com os movimentos populares, Francisco tocou no ponto central desse sistema político-econômico que produz exclusão e múltiplas formas de violências.

Na *Laudato Si'* – LS (§204), ressoa a denúncia: “Quando as pessoas se tornam auto referenciais e se isolam na própria consciência, aumentam a sua voracidade: quanto mais vazio está o coração da pessoa, tanto mais necessita de objetos para comprar, possuir e consumir”. O individualismo é visto com preocupação, indicando a necessidade da saída de si para vencer o “generalizado individualismo que divide os seres humanos e põe-nos uns contra os outros visando o próprio bem-estar” (*Evangelii Gaudium* – EG, §99).

Especialmente o texto da *Laudato Si'* – LS insiste na ideia de que tudo está interligado, que as consequências de uma ação atinge a todos, por isso “deve ser reconhecido com carinho e admiração o valor de cada uma, e todos nós, seres criados, precisamos uns dos outros” (*Laudato Si'* – LS, §42). Já que “ninguém se salva sozinho” (*Evangelii Gaudium* – EG, §113), o Papa insiste na ideia de “comunidade humana” e “ecologia humana” que é “é inseparável da noção de bem.

2.4 Ecologia Integral e mundo da Educação

O novo humanismo nasce de uma proposta do Papa Francisco. Para o pontífice é preciso superar o antropocentrismo próprio do Iluminismo da Modernidade, ou, de certa maneira, a ideia de antropoceno que assentou suas bases na concepção eurocêntrica de mundo e nas práticas extrativistas, o que gerou ao longo desses últimos séculos a desigualdade e a injustiça social. Essa passagem de uma concepção do humanismo obsoleto para um novo paradigma vislumbra um projeto alternativo ao projeto tecnocrático. Nessa nova perspectiva o ser humano é responsável pela casa comum, reconhece a unidade na diversidade e rompe a ideia da supremacia humana sobre os demais seres vivos. Deste modo, o novo humanismo introduz uma ética do cuidado com a natureza, os pobres e a sociedade.



A obra - O novo humanismo: paradigmas civilizatórios para o século XXI a partir do Papa Francisco - é fruto dessas reflexões e apresenta uma oportunidade a mais de debate, aprofundamento e análise de temas contemporâneos. Nesta concepção, a educação assume um papel prospectivo, pois dela deve surgir uma nova ética centrada na responsabilidade social e no conhecimento das culturas e dos valores espirituais e ambientais (GUIMARÃES et al, 2022).

Considerações finais

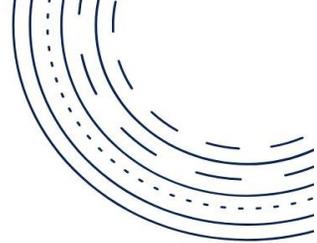
A análise apresentada no artigo destaca de maneira notável a influência crucial da religião, especialmente o catolicismo, na estruturação do Estado brasileiro, inicialmente no período colonial sob influência portuguesa, se estendendo durante o período republicano, através da simbiose entre Estado e a Igreja. Uma das esferas em que essa influência se destaca de maneira significativa é o sistema educacional do país, notadamente por meio dos colégios católicos.

Estes estabelecimentos de ensino desempenharam um papel central na configuração não apenas dos valores da sociedade brasileira, mas também na disseminação do conhecimento e contribuíram para a formação de várias gerações, deixando um legado que se estende para além dos aspectos religiosos, moldando a própria essência da sociedade brasileira e do Estado brasileiro.

É fundamental reconhecer a diversidade na influência do catolicismo ao examinar a formação do Estado brasileiro, observando variações significativas entre regiões. Enquanto em lugares como Minas Gerais a influência católica esteve mais presente dentro do Estado, em regiões como São Paulo ela foi menos presente. Essa disparidade regional não apenas moldou a educação, mas também deixou sua marca na cultura e na formação dos brasileiros.

Nesta perspectiva, ao analisar a influência do catolicismo na formação do Estado brasileiro e a disparidade regional na sua manifestação, torna-se salutar que a compreensão da ecologia integral desempenha um importante papel na construção de uma sociedade mais justa e fraterna é importante salientar que a educação deve ser utilizada como ferramenta social para isso, haja vista sua amplitude e alcance entre os indivíduos, o que implica na necessidade da educação ir além do seu papel dentro de sala de aula. Assim deve ser utilizada e disseminada a compreensão da ecologia integral.

Evidenciou-se com este artigo que a compreensão da ecologia integral compreendem um fator de extrema importância na concretização de uma educação de natureza prospectiva, pois há uma clara ampliação do papel da educação, ~~haja vista~~ que o conceito de ecologia integral perpassa um conceito multidisciplinar que ~~acima de tudo~~ implica na utilização de um “princípio de responsabilidade”: uma nova ética fundamentada no cuidado pelo futuro, na afirmação dos direitos humanos e da natureza, na solidariedade, na liberdade, justiça e paz, sendo a educação um instrumento de grande importância para divulgação e concretização de uma nova responsabilidade social se desvinculando do modelo neoliberal que valida a competição em detrimento da cooperação, afeta diretamente as relações de trabalho e emprego, pois desmonta o ideal de coletividade e de associação, retira direitos e cria novas formas de servidão, mantendo a opressão na sociedade contemporânea que perpetua a desigualdade social, econômica.



Referências:

AZZI, Riolando. História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (História Geral da Igreja na América Latina).

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. Da libertação o teológico das libertações sóciohistóricas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

BOFF, Clodovis. A justiça na história (II). Capitalismo, socialismo, discernimento cristão. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, v. 72, p. 85-96, 1978.

BRASIL. Lei nº 14.442, de 02 de setembro de 2022. Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação ao empregado e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2022/lei/L14442.htm Acesso em: 21 dezembro de 2023

CAMURÇA, Marcelo Ayres; MARTINS, Sueli. Sobre a permanência e a naturalização do catolicismo na esfera pública no Brasil: o caso de uma escola municipal. Cultura y Religión, Santiago, Chile, v. VII, n. 2, p. 102-116, 2013.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. “Le livre des Esprits” na Manchester mineira: a modernidade do espiritismo face ao conservadorismo católico nas primeiras décadas do século em Juiz de Fora. In: RHEMA – Revista de Filosofia e Teologia do Instituto Teológico Arquidiocesano Santo Antônio, Juiz de Fora, MG, v. 4, n. 16, p. 199-223, 1998.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. A carta pastoral de Dom Justino e o “juramento de fidelidade” à Igreja: controle do rebanho face às ameaças do “lobo voraz” espírita. In: PEREIRA, Mabel Salgado; MIRANDA, Beatriz V. Dias. Memórias eclesíásticas: documentos comentados. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF, 2000.

CNBB. Temas da doutrina social da Igreja. Caderno 2. São Paulo, SP: Paulinas/Paulus, 2006.

DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro – 1916-1964. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, SP, n. 12, p. 5-52, 1975.

GÜNTER, L. E (org.). Rerum Novarum – estudos em homenagem aos 120 anos da encíclica papal. Curitiba, PR: Juruá, 2011.

LEÃO XIII. Rerum Novarum. 17. ed. São Paulo, SP: Paulinas, 2009.



LEITE, Fábio Carvalho. A liberdade religiosa no Brasil. In: _____. Estado e religião. Curitiba, PR: Juruá, 2014.

LIBANIO, João Batista. Conferência: Igreja, Sociedade e Juventude. Encontros teológicos, Florianópolis, SC, v. 28, n. 1, p. 79-88, 2013.

MAINWARING, Scott. Igreja católica e política no Brasil - 1916-1985. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004.

MATOS, Henrique Cristiano José. Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936. Belo Horizonte, MG: O Lutador, 1990.

MATOS, Henrique Cristiano José. Concílio Vaticano II: história, herança e inspiração. Belo Horizonte, MG: O Lutador, 2013.

MICELI, Sérgio. A elite eclesiástica brasileira. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

MONTERO, Paula. Religião, laicidade e secularismo: um debate contemporâneo à luz do caso brasileiro. Cultura y Religión, v. II, n. 2, p. 13-31, 2013.

PAPA FRANCISCO. Carta encíclica Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum, 2015.

PAPA FRANCISCO. Carta encíclica Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social, 2020.

PAPA FRANCISCO. Exortação apostólica Evangelii Gaudium ao episcopado, ao clero às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do evangelho no mundo actual, 2013.

VATICANO II. Gaudium et Spes. São Paulo, SP: Paulinas, 1998.

Sobre os autores

Edmar Avelar Sena:

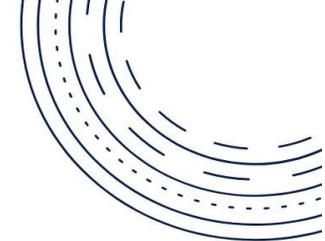
Pós-doutor em Sociologia pela UFMG (2022), Doutor (2013) e Mestre (2007) em Ciência da Religião pela UFJG, licenciado em Filosofia pela PUC Minas (1997).

Professor Adjunto IV do Departamento de Filosofia da PUC Minas.

edmarsena.mg@gmail.com e ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0082-5091>

Magno Moisés de Cristo:

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre e Doutor em Direito Privado na linha de pesquisa Trabalho, Democracia e Efetividade. Especialista em Direito Processual Pelo Instituto de Educação Continuada – IEC da



Puc Minas. Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. magno_mg@hotmail.com e ORCID <https://orcid.org/0009-0001-2583-3725>.

Lucas Figueiredo Cavalcanti:

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG, Pos-Graduado em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG, Mestrando em Teoria do Direito e da Justiça pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG, Advogado e Pesquisador, lf-cavalcanti@hotmail.com e ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6555-8740>

Tramitação:

Recebido em: 08/01/2024

Aprovado em: 20/02/2024